



A ESCALA DE LUTA E RESISTÊNCIA CAMPONESA DAS COMUNIDADES JAMBUCA E BATISTA, BACABEIRA-MA

Lohanne Caroline Correia Domingues¹
Frederico Lago Burnett²

RESUMO

Tomando como estudo de caso as comunidades de Jambuca e Batista, que há décadas vivem do extrativismo no Campo de Perizes, município de Bacabeira, Maranhão, e desde 2016 lutam por seus territórios frente à decisão judicial de desapropriação da área, propriedade e contrapartida do Estado do Maranhão na implantação de uma siderurgia privada, este artigo discute as estratégias de resistência camponesa perante grandes projetos de desenvolvimento econômico que ameaçam seus modos de reprodução social, impactando os recursos naturais e suas formas de uso e ocupação da terra. Partindo do referencial teórico e conceitual da produção social do espaço de Smith e Harvey, os estudos decoloniais de Escobar e Porto Gonçalves, as identidades rurais de Little, Almeida e Fernandes, os processos de resistência de Scott, Laclau e Mouffe, o texto se apoia em estudos sobre as políticas recentes de desenvolvimento regional no Maranhão para discutir a dinâmica da disputa territorial entre duas concepções de mundo e de futuro, na qual o poder do Estado é decisivo para o desfecho final. Constata-se que, ainda quando em condições desfavoráveis na correlação de forças, as ações de resistência acontecem de múltiplas formas e escalas – organização dos moradores, parcerias e articulações com instituições jurídicas e civis, poder público local e estadual –, envolvendo também alianças com outros grupos sociais que enfrentam situações semelhantes de conflitos pelo território, no qual o Maranhão tem sido palco constante, onde diferentes comunidades rurais vem encontrando, no ato de (re)existir, visibilização para além da ideologia dos vazios demográficos.

Palavras-chave: Desenvolvimento capitalista, Escala da luta, Resistência camponesa, Bacabeira, Maranhão.

ABSTRACT

Taking as a case study the communities of Jambuca and Batista, who have lived for decades from extractivism in Campo de Perizes, municipality of Bacabeira, Maranhão, and since 2016 fight for their territories in the face of the judicial decision to expropriate the area, ownership, and counterpart of the State of Maranhão in the implementation of the private steel industry, this article discusses the strategies of peasant resistance to large economic development projects that threaten their modes of social reproduction, impacting natural resources and their forms of land use and occupation. Based on the theoretical and conceptual framework of the social production of the Smith and Harvey space, the decolonial studies of Escobar and Porto Gonçalves, the rural identities of Little, Almeida and Fernandes, the resistance processes of Scott, Laclau and Mouffe, the text is based on studies on recent regional development policies in Maranhão to discuss the dynamics of the territorial dispute between two conceptions of the world and the future, in which state power is decisive for the outcome. It is noted that, even in unfavorable conditions in the correlation of forces, resistance actions take place in multiple forms and scales - organization of residents, partnerships and articulations with legal and civil institutions, local and state government -, also involving alliances with other social groups that face similar situations of conflicts across the territory, in which Maranhão has been a constant stage, where

¹Mestranda do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão – PPDSR/UEMA, lohannedomingues@aluno.uema.br;

² Professor do corpo permanente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da UEMA, burnett@professor.uema.br;



different rural communities have been meeting, in the act of (re)exist, the visibility beyond the ideology of demographic voids.

Palavras-chave: Capitalist development, Scale of the struggle, Peasant resistance, Bacabeira, Maranhão.

INTRODUÇÃO

Como todo espaço colonizado, o território do Maranhão possui um histórico marcado por violentos momentos de barbáries. O primeiro refere-se aos sangrentos massacres indígenas que se seguiram à chegada dos europeus (CABRAL, 1992), violência estendida ao segundo momento, de escravização dos negros e de seus descendentes (PEREIRA, 2001). Na contemporaneidade não é diferente, a lógica colonialista de forças externas em tomar territórios se desenvolve na mesma perspectiva, aliadas a interesses locais, seja no espaço urbano ou no rural. Desta forma, podemos afirmar que o atual território maranhense foi construído e reconstruído sobre lutas de resistências desde os tempos mais remotos.

De acordo com Barbosa (2011), tais conflitos se renovaram a partir das políticas desenvolvimentistas nacionais, quando o Maranhão vivenciou rápidas e radicais transformações que, para se efetivarem, implicaram a destruição de diferentes sociabilidades populares. Ocasionalmente por grandes empresas, a nossa modernidade foi implantada via transformações ambientais e sociais efetuadas por meio da apropriação de extensas terras da região, instituindo o mercado de terras para reprodução do capital, atraindo investidores econômicos de dentro e fora do Estado, intensificando incontáveis conflitos agrários.

A partir dos anos 70 do século passado, a penetração e os avanços da força do capital no campo por meio da implantação de megaprojetos industriais de exportação de mercadorias vêm agravando problemas como concentração da terra e da renda, desemprego, destruição ambiental, expropriação de modos de produção, apagamento da memória coletiva dos moradores, alterando a paisagem local e interferindo nas economias de base social, inviabilizando assim modos de vida tradicional.

As lutas sociais nesse contexto surgem de forma antagônica ao modelo de desenvolvimento colonialista que tenta de todo modo aniquilar populações, inviabilizar os seus direitos de permanência em suas terras e de reconhecê-los enquanto sujeitos políticos e de direitos.

A discussão que envolve esta comunicação, tema de dissertação de mestrado em andamento que investiga as estratégias de resistência de povos tradicionais frente a dinâmica de avanço do capital no estado do Maranhão e toma como campo empírico as comunidades de



Jambuca e Batista, instaladas no Campo de Perizes, Município de Bacabeira, a poucos quilômetros da capital São Luis, na Ilha do Maranhão.

Residindo desde 1975 na região de Campo de Perizes, uma área atravessada pelo Rio Mearim, delimitada pelos manguezais e rica em recursos naturais, as 53 famílias de Jambuca e Batista praticam o extrativismo animal retirando seus principais alimentos como o pescado, caranguejo e demais mariscos. A criação “na solta” de animais de pequeno e médio porte, plantação de hortaliças e frutas para consumo próprio e comercialização em pequena escala, fazem do território o suporte indispensável para reprodução das famílias, pois fonte de subsistência e de renda. Mas também para centenas de outras famílias do município que, vivendo em áreas afastadas do Campo de Perizes, para ali se deslocam periodicamente para exercer a pesca e a coleta de frutos do mar.

Esta situação de vida passou a ser ameaçada em 2016, quando os moradores foram surpreendidos por uma decisão judicial que lhes impunha o deslocamento compulsório, exigindo a saída das famílias em 20 dias. Tendo como justificativa a instalação de uma siderurgia no local, financiada por capital chinês da empresa CB Steel, a desapropriação da área representava o apoio do governo do Maranhão ao empreendimento, nova proposta de desenvolvimento econômico para aquela região, após o abandono das obras da Refinaria Premium I da Petrobras em 2015 (SILVA, 2019). Ao se depararem com a intimação, os moradores buscaram meios de articulação e de resistência local para permanecerem em suas terras, desenvolvendo diferentes estratégias de lutas, pautadas sobretudo na formação de alianças com diferentes agentes sociais para enfrentar a ameaça da decisão judicial, um processo ainda indefinido.

A importância de estudar lutas camponesas em escala local, não articuladas por movimentos de expressão política, se dá pela necessidade de entender, em contexto nacional de ofensiva capitalista sobre territórios comunitários, aqueles grupos sociais isolados e fragilizados que, através de esforços de articulação, ensaiam movimentos e se constituem como resistência social. Desta forma, este trabalho tem como objetivo analisar a escala da luta e as estratégias de resistência das comunidades de Jambuca e Batista, buscando conhecer as especificidades e desdobramentos na defesa pela terra.

Partindo do referencial teórico e conceitual da produção social do espaço através de Smith e Harvey, situa-se a compreensão das relações estabelecidas para a produção das condições de diferenças no processo de apropriação da terra e do trabalho por parte do capital, do Estado e das comunidades de Jambuca e Batista. Utilizou-se dos estudos decoloniais de Escobar e Porto Gonçalves para identificar potências nas narrativas das comunidades que



comumente são deslegitimadas frente ao poder da modernidade e colonialidade ocidental como única forma de produção do conhecimento.

As identidades rurais de Little, Almeida e Fernandes contribuem para situar Jambuca e Batista em um território social e cultural, repleto de significados presentes em sua cosmografia, ou seja, identidades, saberes, ideologias entre outros aspectos. Os processos de resistência de Scott, Laclau e Mouffe compreendem várias estratégias acionadas pelos moradores destas duas comunidades que, por vezes, se transformam em modo de vida, onde a resistência acontece no cotidiano e as articulações políticas se dão de forma antagônica ao modelo de desenvolvimento imposto a seus territórios e as suas vidas. O texto também se apoia em estudos sobre as políticas recentes de desenvolvimento regional no Maranhão para discutir a dinâmica da disputa territorial entre a concepção de mundo e de futuro do Estado capitalista e de povos e comunidades tradicionais.

Constata-se que, ainda quando em condições desfavoráveis na correlação de forças, as ações de resistência acontecem de múltiplas formas e escalas – organização dos moradores, parcerias e articulações com instituições jurídicas e civis, poder público local e estadual –, envolvendo também alianças com outros grupos sociais que enfrentam situações semelhantes de conflitos pelo território, no qual o Maranhão tem sido palco constante, onde diferentes comunidades rurais vem encontrando, no ato de (re)existir, visibilização para além da ideologia dos vazios demográficos.

METODOLOGIA

A partir dos conceitos de produção social do espaço de Niel Smith e David Harvey, e dos estudos de Paul Little e Arturo Escobar, a metodologia para a construção teórica do trabalho vem sendo feita por meio da pesquisa bibliográfica relacionada ao tema do desenvolvimento capitalista e resistência popular, complementada com estudos de caso em publicações científicas e especificada com pesquisa documental oficial e de mídias eletrônicas sobre o conflito em andamento na região. A pesquisa direta, efetivada através de visitas de campo, contempla caracterização sócio-espacial das comunidades, com levantamentos cartográficos e fotográficos e entrevistas com moradores, procedimento estendido aos agentes sociais e gestores públicos envolvidos direta ou indiretamente no conflito pela terra. Desta forma, busca-se contextualizar o processo, com foco nas iniciativas das comunidades para constituição da resistência e defesa da terra comum.

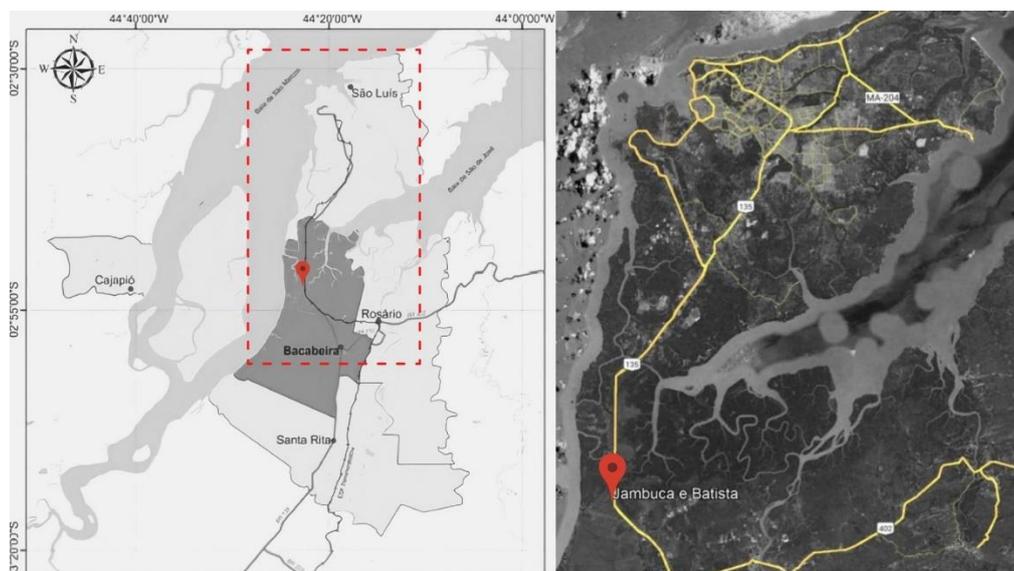


A região de Campo de Perizes: suporte de reprodução das famílias de Jambuca e Batista e de outros agentes sociais

Jambuca e Batista, comunidades rurais do Município de Bacabeira, estão situadas desde 1975 na região de Campo de Perizes (figura 1), advindos de Municípios como Anajatuba, São João Batista, Viana entre outros da baixada maranhense, a área escolhida pelos moradores foi devido à fertilidade de solo na época, sobretudo para plantação de arroz, e pela facilidade de realizar coleta e extrativismo vegetal e animal, além da possibilidade de criação de animais no local.

Campo de Perizes faz limite com os municípios de Bacabeira, Rosário e São Luís, é caracterizada pela presença de vasta vegetação do tipo mangue, típica de regiões alagadiças, com influência direta dos rios e das marés. Localiza-se em uma planície flúvio-marinhas com campos halófilos (tolerância ao sal) de várzea. Pertencendo ao ecossistema de floresta tropical, abriga uma fauna diversificada com peixes, moluscos e crustáceos e aves, importantes fontes de alimentos para moradores de regiões litorâneas. A região é drenada pelos rios Mearim (75%) e Itapecuru (25%) que, segundo Sousa et al (2016), tratam-se das maiores bacias hidrográficas do Maranhão, proporcionando a vida de uma vasta biodiversidade de fauna e flora.

Figura 1. Mapa de localização das comunidades Jambuca e Batista, Bacabeira, Maranhão.



Fonte: Adaptada pela autora (2021).

Muitos desconhecem a existência das comunidades de Jambuca e Batista nessa região, há quem passe diariamente ou sazonalmente pela rodovia BR-135 no trajeto de Campo de Perizes e nunca as tenha observado. Talvez, porque em um primeiro plano, só se observe a



paisagem local atravessada pela própria rodovia, as estradas de ferro, torres de das linhas de energia de alta tensão que abastecem a cidade de São Luís, bem como as indústrias da ilha. Há também, na vasta vegetação de mangue, os tubulões da adutora do Sistema Italuís que, conforme endossa Sousa et al (2016), atende as demandas de água de 60% dos ludovicenses. Tudo isto marcado pela presença sonora da passagem diária dos vagões de trens de minério e combustíveis e do alto fluxo de automóveis como carro, caminhões de carga, ônibus, vans e motos.

Entre as águas da Baía de São Marcos e as linhas ferroviárias da Vale e da Transnordestina, encontram-se Jambuca e Batista, separados por uma distância aproximada de 2km, seus moradores ocupam o território há mais de 40 anos, somando atualmente 53 famílias, das quais 39 estão localizadas em Jambuca e 14 em Batista. O território dos “campos”, como os próprios moradores denominam, é de extrema importância para a reprodução social das famílias, pois é fonte de provisão e renda, quando há excedente dos recursos extraídos.

Os moradores constituintes dessas comunidades se auto-reconhecem enquanto ribeirinhos, pois vivem em região de várzea e possuem em sua organização e cotidiano forte relação com as fontes hídricas, a qual lhes garante viver e sobreviver dos recursos que as águas e o mangue oferecem para reprodução social das famílias. A respeito da caracterização enquanto ribeirinhos, a Convenção n. 169 da OIT descreve:

Ribeirinhos, espalhados por quase todo o território nacional, vivem em regiões de várzea (áreas alagáveis, próximas do rio) e possuem um modo de organização e reprodução social baseado na constante interação com o rio e determinado pelo regime hidrológico (mudanças no volume das águas) e pelos recursos que ele oferece (CONVENÇÃO N.169 DA OIT).

O modo de vida tradicional dos moradores em ambas as comunidades perpassa pela forte interação com o meio biofísico no qual se encontram e pelos fortes laços de relações sociais entre seus familiares e vizinhança. Para Camacho (2014), o campesinato possui como principal princípio a reprodução material e cultural familiar, fatores que são estratégicos a sobrevivência desse grupo. Estes aspectos contribuem para valorização do território e para a reprodução do modo de vida nas estruturas familiares ao longo de todos esses anos, onde as práticas extrativistas são reproduzidas nos núcleos familiares desde a infância, tanto para os homens, quanto para as mulheres. A respeito dessas características dos camponeses, Wanderley (2015) afirma que os vínculos familiares e grupos sociais se



relacionam em função do patrimônio familiar e constroem um modo de vida e trabalho, solidificados em constituição de laços de vizinhança e familiares.

Para Little (2004), a relação de um grupo social com o seu território é estruturada e fortalecida por meio dos saberes ambientais, ideologias e identidades construídas coletivamente e historicamente, o que ele denomina de cosmografia. Viver, se apropriar e se reproduzir em um território perpassa definir o regime de propriedade, os vínculos afetivos criados entre o grupo e com o território, a memória coletiva, o uso social dos espaços e os acionamentos de defesa do mesmo.

O mangue, o mar e o rio, para essas famílias, representam fonte de vida, pois é dele que retiram seu alimento de base, o peixe, o caranguejo, camarão e mais mariscos. A pescaria é a principal atividade das comunidades que, de acordo com relato dos moradores, ocorre durante os cinco dias da semana e é sempre de forma coletiva, sobretudo nos meses de maio a junho, onde ocorre a pesca mais intensiva. Os moradores têm o cuidado de não realizar a pescaria ou cata do caranguejo no período do defeso, pois entendem que é necessário para os seres se reproduzirem e continuarem na natureza.

O caranguejo na região é de tamanha fartura que em 2013 os moradores tiveram a iniciativa de criar o Festival do Caranguejo, festejo coletivo de três dias, sempre no mês de novembro, forma de valorização do mangue e do caranguejo, fonte de alimento e vida para as famílias. Conforme teoriza Fabrini (2006), essas manifestações são favorecidas pelas relações familiares, de vizinhos e de ajuda mútua. São relações caracterizadas por vínculos de sociabilidade, solidariedade e não por fatores políticos ou ideológicos.

O festival conta com variados pratos feitos com caranguejo e outros mariscos, música, bebidas, além do “Concurso do Laço do Bode” e “Dança de São Gonçalo”. O festival também atrai visitantes de várias localidades vizinhas e recebe patrocínio da Prefeitura de Bacabeira, colocando o município na rota do turismo gastronômico e movimentando a economia a partir da produção local (figura 2).

Figura 2. Festival do Caranguejo na comunidade Jambuca.



Fonte: Imagens cedidas pela AMOCAMPE (2021).



O festival é um dos fatores que torna a região de Campo de Perizes importante para outros grupos sociais de outros municípios. Também, o território atrai muitas famílias para realizar a coleta ou extrativismo periódico na região, tornando-se fonte indispensável para a reprodução de diversas famílias para além das de Jambuca e Batista. Estes grupos, apesar de estarem distantes espacialmente da região, periodicamente estão presentes no território em busca de pescados, caranguejo e mariscos.

Em conversa com o Sr. J. de R. Carvalho, morador do Município de Rosário e que costuma pescar sempre na região de Batista, no Campo de Perizes, e que o pescado retirado é farto, no ano de 2020 conseguiu pescar 400kg de peixe que, levado para o município de Rosário, é vendido para um atravessador. A região, regada por água doce e salgada, proporciona diversificados locais para realizar a coleta e o extrativismo pelas diversas famílias das comunidades e de municípios vizinhos.

A relação com a terra e com os espaços domésticos nas comunidades de Jambuca e Batista se dá enquanto extensão da natureza e não como forma de acúmulo para o capital, neste sentido Shanin (2008) ressalta que os camponeses buscam assegurar sua organização social, política e econômica através do trabalho familiar para subsistirem e se reproduzirem. As dinâmicas de uso do território pelas famílias seguem a lógica de proteção do meio ambiente, respeito e extração apenas do necessário para a reprodução social das famílias (figura 3). As moradias, em quase sua totalidade, são de alvenaria, contam com pequenos anexos para alojar os animais de pequeno e médio porte e, quando maiores, são criados “à solta” nos campos. Há também a presença de açudes construídos pelos moradores e compartilhados entre eles para criação e coleta de peixes.

No lote das moradias, há plantação de hortaliças, frutas e vegetais, sobretudo nos períodos dos meses de janeiro a junho, antecedendo o período chuvoso. De acordo com a moradora A.M.Silva, nas comunidades não há propriedade privada de cada morador, a terra é coletiva, quando há algum tipo de cercamento é apenas onde há criação de animais e cultivo de vegetais e hortaliças.

Figura 3. Uso do território de Jambuca.



Fonte: Elaboração própria (2021).

Em Jambuca, devido ao número maior de famílias, escala do território e da facilidade de acesso por meio da rodovia BR 135, localiza-se a sede da Associação de Moradores de Campo de Perizes – AMOCAMPE. Fundada em 2011 é neste local que os moradores de ambas as comunidades se reúnem para definir ações, assuntos, organizações e atividades importantes para as famílias. As reuniões ocorrem no segundo domingo de cada mês, são organizadas por meio de calendário anual e distribuído aos moradores locais, incluindo idosos e crianças.

A aproximadamente 2km de distância de Jambuca, encontra-se a comunidade de Batista, mais afastada da rodovia BR-135. Vivem na comunidade 14 famílias, distribuídas em poucas moradias e com acesso a um cais, local onde embarcações artesanais dos pescadores ficam atracadas (figura 4). Enquanto Jambuca está mais próxima da rodovia BR 135, das estradas de ferro e das linhas de alta tensão, Batista tem acesso direto aos recursos hídricos (rio e mar). É pelo acesso através de Batista que os moradores conseguem se deslocar pelo Rio Mearim até à baía de São Marcos e assim realizar a pesca, tanto na água doce, quanto na água salgada, bem como para realizar a coleta de moluscos e crustáceos nos manguezais.

Figura 4. Uso do território de Batista.



Fonte: Elaboração própria (2021).

Até o ano de 2015 os moradores seguiam seu ritmo de vida cotidiana normalmente, mas em 2016 esta situação se viu ameaçada diante da ação de despejo, colocando em risco os territórios e o modo de vida que construíram nas comunidades de Jambuca e Batista.

A ameaça de deslocamento compulsório a partir de 2016

No Brasil, a política macroeconômica pós 64 delineou políticas setoriais de desenvolvimento econômico com o objetivo de inserir a questão agrícola no sistema capitalista nacional através do aumento da oferta e da produtividade, integrando agricultura e indústria. A mudança deveria partir do padrão extensivo para um intensivo, dito moderno e a estratégia de desenvolvimento sob a “modernização conservadora”, seria a solução imediata para se alcançar o progresso do país (MESQUITA, 2011).

Essa política vai gerar uma série de problemas internos no campo. De acordo com Almeida, Sodré e Mattos Júnior (2019), no campo brasileiro o capital vai se expressar na dinâmica socioespacial sob forma de uma fronteira agrícola que cada vez mais penetram em territórios se consolidando em novos espaços. Ao mesmo tempo que se expande, leva consigo contradições de territorializações por meio do agronegócio, criando ou intensificando conflitos e impactos aos povos tradicionais.



No Maranhão não foi diferente, as políticas desenvolvimentistas para o Estado impulsionaram a abertura de espaço para a chegada de indústrias de capital nacional e internacional em troca da garantia de incentivos fiscais estatais. Em 1969, a Lei de Terras durante o governo Sarney foi um verdadeiro “mercado de terras”, implicando em variados problemas e transformações sociais no campo e na vida das famílias (Barbosa, 2011).

Atualmente, a China, tem buscado penetrar com grandes investimentos extrativistas no estado, de forma a ampliar seus lucros pelo mundo e assegurar a importação de *commodities* por baixos valores. Em 2004, o governo do estado já tentava viabilizar a construção de um polo siderúrgico na cidade de São Luís com capital chinês e de outros países, situação que passou a ameaçar as comunidades de Taim e Rio dos Cachorros entre os anos de 2004 e 2005 (ALVES, 2016). A construção não foi efetivada e os interesses continuaram alinhados e resgatados no ano de 2014 com o projeto de instalação de um Terminal Portuário na área da comunidade do Cajueiro, a fim de servir aos interesses do agronegócio.

No município de Bacabeira a situação se apresenta na mesma perspectiva, visto que, em 2015, a China já direcionava seus interesses para o município. Encontrando-se na rota do grande comércio internacional, Bacabeira conta com uma localização estratégica, estando a aproximadamente 50 km do Porto do Itaqui, principal porto de São Luís, escoando produtos para várias partes do mundo, com localização privilegiada, proximidade com mercados dos EUA, Europa e Ásia, ainda, com destaque para a grande profundidade que permite o atracamento de grandes navios (ARCANGELI, 2020).

Ainda, segundo Arcangeli (2020), o Porto do Itaqui no ano de 2018 movimento 22,4 milhões de toneladas, sobretudo referente a exportação de *commodities* para a China, que detém cerca de 80% das exportações nacionais de soja. Todo esse discurso da modernidade não consegue enxergar a colonialidade que lhe constitui. O agronegócio da soja hoje, por exemplo, é tão moderno-colonial quanto o do açúcar com seus engenhos ontem (PORTO-GONÇALVES, 2012).

Bacabeira, possui em seu território grandes projetos de infraestrutura e logística visando a facilidade de escoamento e exportação de mercadorias, que contribuem para a lógica de desenvolvimento econômico de empresários, expandir o capital por intermédio de empreendimentos industriais com apoio estatal. O Estado, segundo Harvey (2014), tem seu papel desenvolvimentista e já há muito tempo vem mantendo as lógicas territoriais e capitalistas do poder interligadas.



Devido à sua localização, às margens da rodovia BR 135 e a poucos quilômetros de São Luís, em 2010, o município foi escolhido para receber um megaempreendimento, a Refinaria Premium I, em um momento em que, segundo o relato do ex secretário de estado do governo Flávio Dino (2021), o Brasil se encontrava com déficit de refino e havia a perspectiva de utilizar petróleo do pré-sal e mesmo da bacia *onshore – offshore* maranhense, fatores estes que viabilizavam o projeto da Refinaria Premium I no Estado. No ano de 2015 é anunciado o cancelamento do projeto da refinaria (SILVA, 2019), mas desde 2010 a promessa do projeto já vinha interferindo na produção e reprodução social de trabalhadores rurais vinculados à terra, ocasionando sérios conflitos fundiários (SILVA, 2014).

Ainda em 2015, toda a infraestrutura aplicada ao projeto da refinaria, como terraplanagem e galerias com poucos anos de depreciação, converteu-se em ativos a serem oferecidos na Política de Atração de Investimento do Estado e nesse momento a aliança entre o governador do estado e empresários chineses estava bem consolidada. Nesse mesmo ano começam as negociações para a instalação de uma siderurgia financiada pelos chineses da empresa CB Steel, enquanto o Estado daria sua contrapartida em infraestrutura e incentivos fiscais.

A instalação da siderurgia chinesa, segundo o ex-secretário de estado Filipe Holanda (2021), permitiria a oferta de aços planos no Brasil, atenderia tanto o mercado interno, quanto mercados externos através do canal do Panamá, mas principalmente os EUA. O objetivo dos chineses era favorecer o cinturão marítimo mundial, projeto da rota da seda e tantos outros grandes circuitos de logística da China. Para viabilizar esse projeto e legitimá-lo, dando segurança jurídica das terras cedidas aos empresários chineses e garantia da emissão de licenças ambientais, foi criado o Decreto 31.412/2015, onde transforma áreas de Campo de Perizes, destinadas a CB Steel, em Zona Industrial II do Município de Bacabeira – DIBAC II.

A fundamentação no Decreto alega considerar “a localização estratégica do município de Bacabeira, com acesso rodoviário e ferroviário, e possibilidade de instalação de portos privados ou públicos”. Neste mesmo ano, o Governo do Estado declara a área de utilidade pública para fins de desapropriação com caráter urgente de imissão na posse (processo nº 397-93.2016.8.10.0115) uma área de 1.505 hectares em Campo de Perizes, a mesma em que se encontram localizadas as comunidades de Jambuca e Batista que viviam até então a normalidade de suas práticas cotidianas e modo de vida.

Repertórios de enfrentamento das famílias de Jambuca e Batista em defesa de seus territórios



A situação de vida na região de Jambuca e Batista passou a ser ameaçada em 2016, quando os moradores foram surpreendidos pela decisão judicial que lhes impunha o deslocamento compulsório, exigindo a saída das famílias em 20 dias. Diante desse cenário de ameaça, a luta social surge de forma antagônica ao modelo de desenvolvimento colonialista, onde Lacclau e Mouffe (2015) irão ressaltar o caráter político dessa resistência, enquanto uma busca por transformação de uma relação social, uma vez que, os sujeitos em uma posição de subordinação se colocam em um lugar de antagonismo e isso vai acionar, nas comunidades de Jambuca e Batista, repertórios de enfrentamento em defesa do território e do modo de vida, ou seja, da territorialidade, entendida aqui perspectiva de Little (2004) tratando-se de um esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com o seu ambiente, a torná-lo o seu território.

Para alguns dos moradores entrevistados em campo nas comunidades de Jambuca e Batista, morar em seu território é sinônimo de viver, quando o Sr. V. Batista afirma “morar aqui é viver” e que não há outro lugar que se compare ou que o supere, e ainda, “que não tem preço, não tem nada, não tem desafio nenhum” que os façam deixar a terra. Estas expressões e reflexões nos apresentam as percepções, importância e pertencimento do território para as famílias que ali habitam e (re)existem cotidianamente.

Ao se depararem com a situação de vida ameaçada, os moradores recorreram à comunidade de Santa Quitéria, povoado de Bacabeira, em busca de direcionamento a respeito de que medida tomar a partir daquele momento. Santa Quitéria também passava na época por conflitos pela terra e se encontrava em posição de resistência. Após contato com a comunidade, a Associação de Moradores de Campo de Perizes (AMOCAMPE) que representa Jambuca e Batista, realizaram contato com a Comissão de Direitos Humanos da OAB-MA, recebendo o advogado representante em sua sede neste mesmo ano para conversarem e o atualizarem a respeito do conflito pelo o qual estavam passando.

Segundo os moradores, pós essas tratativas com a OAB-MA, outros agentes foram inseridos nas discussões e na luta, instituições jurídicas e civis começaram a fazer parte do processo de criar ações de mobilização e divulgação da situação pela qual estavam passando os moradores das comunidades. A CPT entrou em cena e fez todo um trabalho de discussão e conscientização com as famílias a respeito dos grandes projetos de desenvolvimento e seus impactos nos territórios.

A instalação desses projetos industriais em terras camponesas maranhenses, conforme Sant’Ana Júnior (2006) tais como a Estrada de Ferro Carajás, o Complexo Portuário de São Luís (formado pelos Portos do Itaqui, Alumar e Vale), a hidrelétrica de



Estreito, a Termelétrica do Itaqui e o Terminal de Uso Privado do Cajueiro, renovaram e agravaram diversos conflitos fundiários e, de maneira predatória, desterritorializam povos tradicionais já consolidados em seus territórios.

Em um segundo momento, outra instituição se agregou a luta, fortalecendo ainda mais a rede de alianças que estava sendo construída, tratava-se da Defensoria Pública do Estado do Maranhão – DPE/MA, representada pelo Núcleo de Moradia. A partir desse momento, ficou evidente que o conflito não estava lançado a arena pública, ou seja, não tinha até então visibilidade e isso os prejudicava enquanto um fator que impossibilitava pressionar o governo do estado.

As comunidades junto com as instituições parceiras, organizaram ações coletivas que favorecessem a ampliação das discussões e que contribuísse para a divulgação da situação real pela qual as famílias vinham passando. Nesse meio tempo, audiências públicas foram realizadas na edificação da AMOCAMPE, na sede do Município de Bacabeira e no auditório da OAB em São Luís. Também foram acionados jornais locais com reportagens de TV de alcance regional, publicações em blogs e manifestações na rodovia 135, onde moradores bloquearam a passagem dos veículos e carregavam consigo cartazes com frases relacionadas ao conflito, sobretudo cobrando uma resposta do governo do estado.

A escala da luta das comunidades de Jambuca e Batista, segundo Fabrini (2006) se caracteriza enquanto uma luta de escala local, ou seja, aquela não hegemônica por movimentos sociais, localizada no território, sem alcance nacional ou internacional, onde ocorre na terra e pela terra, acionando diferentes repertórios de enfrentamento, uma resistência que perpassa também a forma de viver, de se organizar, da reprodução do cotidiano, laços familiares e de vizinhança e ações coletivas localizadas, ensaiando um possível movimento social futuro, contribuindo a autonomia e para a valorização da importância da dimensão territorial e social local.

Para Scott (2013) a resistência dos camponeses pode ser caracterizada enquanto uma infrapolítica, ou seja, está atrelada a tudo aquilo que não é visível, que está intrínseca na organização do grupo, no dia-a-dia, no cotidiano. Trata-se também de uma luta discreta, que por vezes parece ser passiva e não é, pois possui potencial de revolta e de alcançar conquistas políticas, sobretudo pelo fato de ser organizada, compartilhada e articulada entre os integrantes de um grupo social em condições de subalternidade.

Mesmo com todas essas mobilizações, a retirada das famílias estava cada vez mais próxima de se executar, afinal, deram-lhes apenas 20 dias. A DPE, após alinhamento com os moradores, decidiu ajuizar uma Ação Civil Pública (ACP) em 2016, exigindo do



governo do estado elaboração de um plano de reassentamento das famílias de forma participativa, deixando a critério dos moradores a escolha do novo local. Naquele contexto, essa alternativa se mostrava como a mais eficaz, para barrar a execução da retirada dos moradores naquele mesmo ano. No entanto, isso gerou conflitos internos entre os moradores, pois alguns não se sujeitaram a sair da terra. De fato, foi exigido ao governo do estado realizar os pedidos discriminados na ACP, mas até os dias atuais nada foi feito, o processo da desapropriação ainda se faz indefinido, e as comunidades permanecem em seus territórios, mas seguem ameaçadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabe-se que a produção do espaço direcionada pelo capital cria escalas espaciais e, conseqüentemente, cria o desenvolvimento desigual (SMITH, 1988). As políticas desenvolvimentistas nacional de caráter cívico militar ocasionaram diversos efeitos sócio-espaciais, sobretudo no campo, interferindo na dinâmica de vida, modos de produção, apagamento de memórias coletivas, concentração da renda e da terra, reprodução de diversas famílias camponesas, resultando também em diversos conflitos provenientes da colisão entre diferentes usos do território. Os camponeses seguem resistindo a desterritorialização do capital através das ocupações de terras e continuam a se reproduzir e preservar suas territorialidades (FERNANDES, 2008). Transformam a luta em modo de vida e, segundo Escobar (2014), utilizam seus recursos materiais e culturais contra o avanço da fronteira do capital que tenta a todo modo transformar a vida das comunidades.

Os agentes sociais ameaçados, acionam repertórios de lutas e resistências para o enfrentamento da lógica colonialista desenvolvimentista que tenta a todo modo aniquilar populações, enquadrá-las enquanto vazios demográficos e invisibilizá-las, renegando-as enquanto pessoas de direitos civis e políticos. O Maranhão tem sido palco constante de conflitos pela terra, onde diferentes comunidades rurais se veem ameaçadas com o avanço do capital representado por grandes ou megaprojetos industriais, situação que se estende as comunidades de Jambuca e Batista, na região de Campo de Perizes no Município de Bacabeira, Maranhão no ano de 2016 e que se encontram até os dias atuais em posição de luta e enfrentamento.

Por meio de ações coletivas e de suas práticas sociais a nível local, as comunidades de Jambuca e Batista têm demonstrado uma edificante capacidade de resistência e de articulação política diante da desigual correlação de forças, que reforçam a dominação e



o avanço da dinâmica do capital em seus territórios. Percebe-se que a organização interna e as manifestações coletivas se apresentam como possibilidades de construção de consensos e fortalecimento da autonomia, rompendo com a ideia de que tais ações dependem necessariamente da pré-existência de movimentos sociais, negando os processos de constituição de sujeitos políticos.

Constata-se ainda que, as ações de resistência acontecem de múltiplas formas e escalas – organização dos moradores, parcerias e articulações com instituições jurídicas e civis, poder público local e estadual –, envolvendo também alianças com outros grupos sociais que enfrentam situações semelhantes de conflitos pelo território, no qual vem encontrando, no ato de (re)existir, visibilização para além da ideologia dos vazios demográficos. Além disso, é importante frisar que a luta das famílias pela terra em Jambuca e Batista defende os territórios não apenas para si, mas para tantas outras que também usam e se apropriam desses espaços periodicamente, mesmo não estando espacialmente presentes ali.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J.; SODRÉ, R. B.; MATTOS JÚNIOR, J.S.de. **O MATOPIBA nas Chapadas Maranhenses: impactos da expansão do Agronegócio na Microrregião de Chapadinha.** Revista Nera, v.22, n.47, pp.248-271. Presidente Prudente, 2019.

ALVES, E. de J. P. **Modos de vida, territórios e uma cidade em questão: resistências políticas de comunidades rurais no município de São Luís – Maranhão, Brasil.** *L'Ordinaire des Amériques* [online]. v. 221, 2016. Disponível em: <http://orda.revues.org/3178>. Acesso em: nov. 2021.

ARCANGELI, S.C. **Cajueiro – A luta de uma comunidade pelo direito de existir.** São Paulo: Sundermann, 2020.

BARBOSA, Z. **O global e o regional. Grandes projetos, desigualdades regionais e lutas sociais no Maranhão.** São Luís: Anais V Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2011.

BATISTA, V. **Como é morar em Batista.** [Entrevista concedida a] Lohanne Caroline Correia Domingues. Visita de campo. Bacabeira, 10 abr. 2021.

CARVALHO, J. de R. **A atividade de pesca nas comunidades.** [Entrevista concedida a] Lohanne Caroline Correia Domingues. Visita de campo. Bacabeira, 10 abr. 2021.

CABRAL, M. do S. Co. **Caminhos do gado: conquista e ocupação do sul do Maranhão.** São Luís: Sioge, 1992.

CAMACHO, R. S. **Algumas considerações acerca do modo de vida camponês.** São Paulo. X Fórum Ambiental da Alta Paulista, v. 10, n. 10, pp.1-16, 2014.



DPE/MA. **Petição Inicial**. In: MARANHÃO. TJ/MA. Processo nº 397-93.2016.8.10.0115. Rosário, 2015.

ESCOBAR, A. **La invención del desarrollo**. 2da. Universidad del Cauca: Popayán, 2014.

FABRINI, J. E. **A escala da luta e resistência camponesa**. Florianópolis. Geosul, v.21, n.42, p 63-91, 2016.

FERNANDES, B. M. **Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil**. Antônio Márcio Buainain (Editor). Editora da Unicamp, 2008.

HARVEY, D. **O Novo Imperialismo**. SP: Edições Loyola, 8ª ed. São Paulo, 2014.

HOLANDA, F. **O processo de negociações entre o governo do estado do Maranhão e empresa chinesa em Bacabeira a partir de 2015**. [Entrevista concedida a] Lohanne Caroline Correia Domingues. Entrevista presencial. São Luís, 11 jun. 2021.

LACLAU, E. MOUFFE, C. **Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical**. São Paulo: Intermeios. Brasília: CNPq, 2015.

LITTLE, P. E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Rio de Janeiro. Anuário Antropológico, Tempo Brasileiro, p. 251-290, 2004.

MARANHÃO. Decreto estadual nº 31.412, de 17 de dezembro de 2015. Cria o Distrito Industrial de Bacabeira e dá outras providências. São Luís, 2015.

MESQUITA, B. A. de. **O desenvolvimento desigual da agricultura: a dinâmica do agronegócio e da agricultura familiar**. EDUFMA. São Luís, 2011.

PEREIRA, J. de J. **Na fronteira do cárcere e do paraíso: um estudo sobre as práticas de resistência escrava no Maranhão oitocentista**. Dissertação de mestrado em História, PUC/SP, 2001.

PGE/MA. **Ação de desapropriação com pedido urgente de imissão na posse**. In: MARANHÃO. Processo nº 397-93.2016.8.10.0115. Rosário, 2015.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A reinvenção dos territórios na América Latina/Abya Yala**. Universidad Nacional Autónoma de México. UNAM. México, 2012.

SANT'ANA JÚNIOR, H. A. de. **Polo Siderúrgico e Consequências Socioambientais**. Quito, Equador: VII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural, 2006.

SCOTT, J. C. **A dominação e a arte da resistência discursos ocultos**. 1ª ed. Lisboa: Livraria Letra livre, 2013.

SILVA, A. M. **Como é morar em Jambuca e Batista**. [Entrevista concedida a] Lohanne Caroline Correia Domingues. Visita de campo. Bacabeira, 10 abr. 2021.



SILVA, K. F. **Desenvolvimento do Maranhão e a Refinaria Premium I: o processo de implantação do empreendimento e suas implicações no modo de vida dos trabalhadores rurais de Bacabeira.** Dissertação. UEMA. São Luís, 2014.

SILVA, K. F. **Organização e resistência de trabalhadores rurais na luta pela terra no Maranhão.** Tese de doutorado. São Luís. UFMA, 2019.

SHANIN, T. **Lições Camponesas.** In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (ORG). *Campeinato e território em disputa.* São Paulo-SP, 2008.

SOUSA, E. R. de et al. **Evolução espaço-temporal do uso e cobertura da terra em áreas propostas para a implantação de unidades de conservação no município de Bacabeira-MA.** *Revista Espacios.* v. 37, n. 12., p.27, 2016. Disponível em: <http://www.revistaespacios.com/a16v37n12/16371227.html>. Acesso em julho de 2021.

SMITH, N. Para uma teoria do desenvolvimento desigual I: a dialética da diferenciação e da equalização geográficas (p. 149-189) e Para uma teoria do desenvolvimento desigual II: A escala espacial e o vaivém do Capital (p. 190-219) In **Desenvolvimento Desigual** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

WANDERLEY, M. de N. B. **O Campeinato Brasileiro: uma história de resistência.** *RESR.* V.52, supl.1, p.s025-s044, 2015.